

EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO COMUM E SEUS DESAFIOS

Ana Cláudia Morais da Silva ¹

Fernanda Souza ²

Resumo

A inclusão é um assunto que deve ser discutido amplamente na sociedade, pois existem Leis que garantem o pleno acesso, porém muitos educadores se dizem não estarem preparados para abrir espaço para a inclusão. É necessário que a comunidade tenha consciência e respeite a presença da pessoa com deficiência. A transformação social ocorre na educação, por este motivo a inclusão deve iniciar nas instituições de ensino, cabendo aos educadores um novo olhar referente à diversidade na escola. O papel da instituição de ensino é ser mediadora da aprendizagem de seus alunos, considerando particularidades e dificuldades de cada um. O objeto de pesquisa apresentado no presente artigo trata sobre a inclusão da pessoa com deficiência no ensino comum e seus desafios. Diante deste contexto, esta é uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida no primeiro semestre de 2015, vinculada a linha de pesquisa Gênero, Diversidade e Educação, do programa de Pós-Graduação Lato Sensu, do curso de Especialização em Educação, Diversidade e Redes de Proteção Social, do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí (UNIDAVI), em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina (SED/SC), por meio do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES). O objetivo geral da pesquisa é explorar os principais elementos que compõem o processo de inclusão da criança com deficiência no Ensino Regular.

Palavras chave: Inclusão Escolar. Ensino Comum. Educadores.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão requer muita reflexão e preparo do contexto escolar. O movimento inclusivo no contexto educacional é desafiador, pois exige mudanças em vários aspectos a fim de superar as barreiras para a educação inclusiva, conforme Carvalho (2003, p. 61) aponta:

Em síntese, há que examinar todas as variáveis do processo educativo escolar, envolvendo as pessoas da escola (educadores, gestores, alunos, apoio administrativo); o ambiente físico (em termos de acessibilidade), os recursos financeiros e materiais (origens, quantidades, periodicidade de recebimento, manutenção de equipamentos e instalações), os graus de participação da família e da comunidade (parcerias), a filosofia de educação adotada (se tradicional ou não), o projeto político pedagógico construído pela comunidade escolar (natureza do documento, autores, destinação), a prática pedagógica (se mais centrada no ensino

¹ Especialista em Educação, Diversidade e Redes de Proteção Social. UNIDAVI. E-mail: a.c.m_16@hotmail.com

² Mestre em Educação. FURB. nandamorgato@gmail.com.

ou na aprendizagem), os procedimentos de avaliação (formativa, somativa, formal, informal), dentre outros aspectos.

Por muitos anos crianças com deficiência, que frequentavam a escola, eram educadas em salas separadas, pois os alunos considerados normais precisavam de um espaço que oportunizasse um maior aproveitamento que lhes eram proporcionadas. Tais afirmações vêm de encontro à afirmação de Magalhães:

Os anormais completos ficariam sob os cuidados médicos, diretamente, e se necessário, auxiliados pelo pedagogo sob a responsabilidade do médico. Os incompletos, além do médico, sob a responsabilidade do neurologista e do pedagogo preparado para tal: o médico, combatendo os defeitos orgânicos e o pedagogo as taras mentais, até que as crianças pudessem voltar às classes normais. Sempre o papel preponderante seria o do médico (apud JANNUZZI, 2004, p.48).

Buscando compreender esta realidade e encontrando este desafio no campo de atuação profissional no contexto escolar, esta pesquisa tem como Explorar os principais elementos que compõem o processo de inclusão da criança com deficiência no Ensino Regular.

Segundo Barbosa (2006, p. 53) Estar com dificuldade de aprender “[...] significa estar diante de um obstáculo que pode ter um caráter cultural, cognitivo, afetivo ou funcional e não conseguir dar prosseguimento às aprendizagens por não possuir ferramentas, ou não poder utilizá-las, para transpô-lo”.

O número de crianças com dificuldades aumentam a cada dia e a inclusão é um direito de toda criança. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no seu capítulo V destaca a importância da educação especial que deve ser ofertada pelo poder público tendo início na educação infantil, ou seja, a Lei sinaliza um direito de aprender que deve ser garantido e discutido no âmbito educacional (BRASIL, 1996).

A escola como instituição que legitima a prática pedagógica e a formação de seus educandos, precisa romper com a perspectiva homogeneizadora e adotar estratégias para assegurar os direitos de aprendizagem de todos. Muitos profissionais não têm conhecimento em relação à inclusão e, portanto estudos realizados nesta área favorece a reflexão e abre caminhos para uma nova forma de entender e praticar a inclusão.

2 CONCEITO DE INCLUSÃO E UM BREVE HISTÓRICO

Os termos preconceituosos marcaram um período não muito distante em nossa sociedade para conceituar uma pessoa com deficiência como: doente, imbecil, retardado (a) mental, entre outras definições pejorativas e excludentes, e que ainda perduram até hoje quando se referem a essas pessoas. Esses conceitos estão no senso comum e devem ser combatidos, pois há termos mais apropriados, condizentes com o paradigma da inclusão social, para dirigir ou referir às pessoas com deficiência de maneira geral.

A partir da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, celebrada na Guatemala, em maio de 1999 e amparada pela Constituição Brasileira por meio do Decreto nº 3.956/20015 fica evidente a preocupação com a discriminação de que são objeto as pessoas em razão de suas deficiências, A partir daí, autores e estudiosos, passaram a defender e a utilizar termos distintos e que condizem com as particularidades das pessoas com alguma deficiência de maneira geral:

Aleijado; defeituoso; incapacitado; inválido. Estes termos eram utilizados com frequência até a década de 80. A partir de 1981, por influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, começa-se a escrever e falar pela primeira vez a expressão pessoa deficiente. O acréscimo da palavra pessoa, passando o vocábulo deficiente para a função de adjetivo, foi uma grande novidade na época. No início, houve reações de surpresa e espanto diante da palavra pessoa: "Puxa, os deficientes são pessoas?" Aos poucos, entrou em uso a expressão pessoa portadora de deficiência, frequentemente reduzida para portadores de deficiência. Por volta da metade da década de 90, entrou em uso a expressão pessoas com deficiência, que permanece até os dias de hoje. (SASSAKI, 2003, p. 3).

Embora as pessoas com deficiência tenham conquistado que sejam utilizados os termos corretos, devemos ficar atentos para que não haja mudança de paradigmas no que diz respeito ao tratamento com os diferentes. Atualmente as escolas atendem um grande número de alunos com diversas deficiências, tem casos que os professores não possuem condições efetivas de promover mudanças e construções para todos, com base na diversidade humana e mesmo com o discurso inclusivo, de respeito às diferenças individuais, acabam realizando somente a integração deste aluno, ao invés da inclusão.

A palavra incluir significa abranger, compreender, somar e é nisso que deve se pensar quando se fala em inclusão de pessoas com deficiência, é trazer para perto, dar a ela o direito de ter as mesmas experiências, é aceitar o diferente e também aprender com ele.

Infelizmente nosso passado histórico em relação à inclusão é vergonhoso, pessoas com deficiência eram discriminadas, abandonadas, eliminadas por grupos religiosos

excluídas do convívio social e educacional. Pessoti (1990, p. 7) afirma que pessoas passaram por tal situação:

Essas práticas condenavam tais pessoas ao isolamento social legitimado totalmente a segregação. Assim, ao mesmo tempo em que a ética cristã reprimia as práticas de abandono e o extermínio, instituíam e legitimavam a prática da exclusão- segregação. “A rejeição se transforma na ambiguidade proteção- segregação ou, em nível teológico, no dilema caridade- castigo”.

Com o passar dos tempos o deficiente deixa de ser apontado como uma anomalia e passa a ser entendido pela sua condição. Novos olhares em relação à educação destas pessoas começaram a serem discutidos fim do século XIX através dos trabalhos de Itard e Seguin. E no início do século XX, Maria Montessori seguiu seus estudos na mesma linha e reforçou a preocupação com a Educação Especial. Em 1948 a Declaração Universal dos Direitos Humanos garante objetivamente que a educação deve ser assegurada a todos os sujeitos. A política educacional acompanha este processo, oferecendo subsídios para fundamentar a educação inclusiva no sistema de ensino brasileiro, considerando os documentos internacionais como base para sua implantação.

No Brasil em meados de 1950, foram criadas as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) para criar oportunidade de aprendizagem para pessoas com deficiência.

O nosso país apresenta Leis subsidiadas pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), que estabelece o direito das pessoas com necessidades especiais de receberem educação, preferencialmente na rede regular de ensino. O documento de 1988 assegura a garantia contra qualquer tratamento discriminatório. Vargas destaca qual o posicionamento da Lei maior da Educação Nacional:

A LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em seu V capítulo, artigo 58, apresenta a educação Especial como uma modalidade da educação escolar que deve se situar preferencialmente na rede regular de ensino, porém também determina a exigência, quando necessário, de serviços de apoio especializado quando não for possível a integração de alunos com algum tipo de deficiência em classes comuns. (VARGAS, 2004, p. 21)

3 TRAJETÓRIA LEGAL DA INCLUSÃO EM SANTA CATARINA

O conflito social vivido pelos pais a impediram de realizar tal tarefa. As escolas ainda não se preocupavam em atender as pessoas com deficiências, mesmo sabendo de sua existência, a ida delas pra escola era uma opção dos pais ou responsáveis, a tendência tradicional muito presente nos currículos impediram e adiaram o processo de plena

inclusão, a Lei é muito clara apesar de alguns equívocos nosso estado posicionou sua opinião perante a inclusão no ano de 1987:

Em Santa Catarina, o processo de inclusão de alunos com deficiência na rede regular de ensino oficializado em 1987, com a deflagração da matrícula compulsória que determinou às escolas do sistema a obrigatoriedade da matrícula de todas as crianças em idade escolar, independentemente de suas características ou das condições da escola (SANTA CATARINA, 2006, p.17).

Em consequência desse processo a partir do ano de 1988, nenhuma escola pode negar-se de receber um aluno com deficiência, pois o estado instituiu a Política de Integração dos alunos especiais em classes regulares. Mas, foi em 1996 que o Estado oficializou a Política de Educação de Educação Especial por meio da Resolução nº01 do CEE – Conselho Estadual de Educação, fixando as normas para a educação especial no sistema regular de ensino:

Educandos com deficiência em idade escolar devem ser matriculados na rede regular de ensino; Educandos com deficiência sensorial e com deficiência mental leve terão, em período oposto ao do ensino regular, serviços educacionais de apoio em salas de recursos e serviços de apoio pedagógico, respectivamente; Educandos com graves comprometimentos mentais e com deficiências múltiplas poderão ser atendidos em escolas especiais conveniadas com a FCEE (SANTA CATARINA, 2006, p.17).

Para Favero (2004) a escola inclusiva é muito mais que o discurso sobre igualdade e inclusão, na realidade deve ser a igualdade de acesso ao conhecimento, é romper com práticas pedagógicas tradicionais como: foco conteudista, incentiva a competitividade, e o rompimento com o desejo de homogeneidade:

A inclusão é um desafio, que ao ser devidamente enfrentado pela escola comum, provoca a melhoria da qualidade da Educação Básica e Superior, pois para que os alunos com e sem deficiência possam exercer o direito à educação em sua plenitude, é indispensável que essa escola aprimore suas práticas, a fim de atender às diferenças. Esse aprimoramento é necessário, sob pena de os alunos passarem pela experiência educacional sem tirar dela o proveito desejável, tendo comprometido um tempo que é valioso e irreversível em suas vidas: o momento do desenvolvimento (FÁVERO, 2004, p. 30).

Por isso é necessário que haja discussão sobre a inclusão que é um direito garantido por lei a todas as pessoas com algum tipo de deficiência, e incluir crianças com deficiência, mais do que cumprir uma Lei é permitir que ela se insira na sociedade em que mais tarde precisará conviver, é não deixá-la alienada e despreparada para uma realidade que também é sua. Segundo Sasaki citado por Mantoan (1997, p. 145):

A inclusão “questiona não somente as políticas e a organização da educação

especial e regular, mas também o conceito de *mainstreaming*. A noção de inclusão instituiu a inserção de uma *integração* completa e sistemática. O vocabulário *integração* é abandono, uma vez que objetivo incluir uma aluno ou um grupo de alunos já foram anteriormente excluídos; a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo [...]

No ideal proposto pela legislação vigente, a educação inclusiva traz consigo, inúmeras polêmicas em torno da adequação da sua prática, pois implica na reorganização dos espaços, estrutura física, e metodologias. A proposta da inclusão provoca uma diferenciação curricular, ousada e desafiadora para educadores que devem discutir sobre o currículo prática pedagógica, e deve estar contemplado no Projeto Político Pedagógico onde as ações pedagógicas devem ser explicitamente heterogêneas e colaborativas: os métodos pedagógicos devem ser pensados de acordo com as habilidades dos alunos em um contexto de trabalho em grupo. Assim o grupo trabalhará com suas potencialidades, irá produzir avançará na construção do conhecimento.

4 OS DESAFIOS DA INCLUSÃO

Partindo do pressuposto que ser diferente é estar em desvantagens dos ditos “normais” é que tenho refletido e questionado sobre quais as formas de pensar e aprender das crianças com deficiência, e como contribuir para melhorar sua vida enquanto seres humanos, preparando e fazendo com que participem da vida na família, escola e sociedade.

Tradicionalmente, a deficiência tem sido vista como um “problema” do indivíduo e, por isso, o próprio indivíduo teria que se adaptar à sociedade ou ele teria que ser mudado por profissionais através da reabilitação ou cura. (FLETCHER, 1996, p. 7).

A educação inclusiva é hoje realidade que tem como características apoiar a todos: professores, pais, pessoal da área administrativa da escola, mas principalmente o aluno, para que tenhamos sucesso na corrente educativa. O ideal da igualdade de oportunidade de espaço e de materiais deve partir de cada um de nós. Passa-se muito tempo discutindo a escola inclusiva como forma de garantir o princípio de igualdade, mas esquece-se de praticar a inclusão de todos na escola.

A inclusão é também social, e portando requer mudanças na sociedade, neste ponto percebe-se a escola como fator contribuinte para que aconteçam estas mudanças. Sendo

profissional da área da educação especial e acreditando na potencialidade e habilidades de nossos alunos, queremos que a inclusão atinja a todos.

Entendendo que a inclusão educacional é um processo gradativo, que exige em sua fase de transição o absoluto respeito às diferenças dos alunos e a oferta de apoios e serviços apropriados para um atendimento educacional adequado. Com o objetivo de enriquecer o desenvolvimento cognitivo do educando oferecendo o maior número possível de alternativas de envolvimento e interação com o que compõem o espaço escolar, bem como o conhecimento científico historicamente construído pela humanidade.

5 PROFESSOR x INCLUSÃO

O professor tem um importante papel como mediador no processo de ensino aprendizagem, buscando formas de junto com seus alunos proporcionar interações sociais, não apenas atender as necessidades físicas, mas abranger o desenvolvimento intelectual dos alunos com necessidades educativas especiais.

O ponto que partimos para esse pensar é o colocar-se no lugar do outro, olhar não a diferença, mas sim percebendo que somos diferentes e o não é tão normal assim como se pensava.

A escola inclusiva tem sido caracterizada como espaço social privilegiado para a aprendizagem conjunta, incondicional, nas classes comuns de alunos deficientes ou não, mas que apresentam necessidades educacionais especiais, uma vez que favorece o desenvolvimento de sentimentos de respeito à diferença, de cooperação e de solidariedade. (CARVALHO, 2000, p.21).

Os desafios devem ser encarados pelo professor como estímulos para que em sua prática cotidiana busque caminhos que sejam adequados para cada aluno. Devendo este profissional estar disposto e comprometido, pois em muitos momentos pode sentir-se impotente diante do quadro de deficiência, revendo seus valores internos a respeito de si enquanto ser humano.

O olhar do professor deve buscar a compreensão da diversidade existente na sala de aula, visando e oportunizando a aprendizagem de seus alunos e respeitando suas necessidades individuais.

Não necessariamente este educador deva ser um especialista em todas as áreas ligadas aos comprometimentos de seus alunos. Mas é nas problemáticas apresentadas no decorrer da convivência com os alunos que o educador comprometido e que dominará os

instrumentos necessários para um desempenho competente de suas funções educacionais, buscará auxílios e recursos pedagógicos eficientes, planejamentos que estimulem as interações sociais desenvolvendo situações e de aprendizagem dos seus alunos contribuindo para uma inclusão eficiente e real do aluno no ensino regular.

Atuando como mediador que reconhece, aceita e valoriza as várias formas de aprender e interagir de seus alunos o educador estará participando do processo de ensino aprendizagem junto com seus alunos.

A inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico (MANTOAN, 1997, p.120).

Sabemos que um professor de inclusão, não pode ser classificado diferente de um professor de sala de aula regular, pois ambos devem ser valorizados, respeitados por suas capacidades e empenho, sendo assim sua atuação será criativa e espontânea e sua sala de aula proporcionará atuação livre oportunizando ao aluno participações em atividades adaptadas às suas necessidades. Assim, o professor será visto como mediador estimulador tornando a sala de aula um ambiente cheio de autonomia, tendo em vista que o aprendizado desse aluno se efetivará em seu cotidiano, por que sabemos que através da prática que se desenvolve o conhecimento.

Ter em vista que, inclusão não cabe somente ao professor e por mais inclusivo que ele seja é fundamental a participação de todos garantindo assim, um pleno desenvolvimento dentro da comunidade escolar.

6 O PAPEL DA SOCIEDADE NO PROCESSO INCLUSIVO

A educação inclusiva é hoje realidade que tem como características apoiar a todos: professores, pais, pessoal da área administrativa da escola, mas principalmente o aluno, para que tenhamos sucesso na corrente educativa. O ideal da igualdade de oportunidade de espaço e de materiais deve partir de cada um de nós. Passa-se muito tempo discutindo a escola inclusiva como forma de garantir o princípio de igualdade, mas esquece-se de praticar a inclusão de todos na escola.

Para que exista uma sociedade inclusiva sabemos que a mesma necessita principalmente conscientizar-se de seus papéis, pois os educandos são de responsabilidade de todos independente de suas peculiaridades os alunos convivendo uns com os outros partilhando dos mesmos espaços e atividades conseguem compreender e aceitar as necessidades do outro reconhecendo suas competências.

De acordo com Jannuzzi (2006, p. 188–189), a escola tem papel importante e mesmo com as condições adversas do contexto econômico-político-ideológico tem função específica que, exercida de forma competente, deve possibilitar a apropriação do saber por todos os cidadãos.

Para uma sociedade se fazer inclusiva deve-se ter o entendimento que não cabe apenas à escola a tarefa de se fazer inclusão, mas sim a todos que os cercam comunidade, família, sociedade. A escola não pode se esquivar de suas obrigações e responsabilidade, mas precisa se aliar a parcerias que são indispensáveis para o desenvolvimento desses alunos no mercado de trabalho, vida social e escola.

A inclusão escolar é incondicional e, portanto, não admite qualquer forma de segregação. Esta opção de inserção tem como meta principal não deixar nenhum aluno no exterior do ensino regular, desde o início da escolarização, e questiona o papel do meio social no processo interativo de produção das incapacidades, porque o deficiente mental tem o direito de se desenvolver como as demais pessoas, em ambientes que não discriminam, mas valorizam as diferenças. (MANTOAM, 1997, p.117)

Ter em vista principalmente que a inclusão não cabe apenas inserir esse aluno numa classe regular de ensino, pois isso não é definitivamente inclusão. Muito mais que coloca-lo em uma sala de aula a escola deve estar preparada para esse aluno, educar para uma sociedade inclusiva é ter comprometimento e entender que inclusão é mais do que ter rampas e banheiros adaptados.

7 DE QUE FORMA PODEMOS FAZER A INCLUSÃO

Realizar a inclusão nos dias atuais no ensino comum, não está sendo uma tarefa fácil, temos que contar com todo o corpo docente e funcionários administrativos, todos devem estar preparados para receberem o aluno com deficiência. Profissionais da área da educação tem um grande desafio, para fazer uma inclusão de forma a tornar a escola mais humana.

Pois quando se trabalha junto, escola, sociedade e família, a inclusão não se torna difícil de acontecer, visto que se deve favorecer a troca de conhecimentos entre os alunos, facilitando a sua aprendizagem, sem contar que somente inserir um aluno em uma sala regular e não atender as suas necessidades, não é inclusão, pois as limitações existem e quando passamos a observar de forma mais crítica, desenvolvemos um trabalho melhor.

A noção de inclusão institui a inserção de uma forma mais radical, completa e sistemática. O vocábulo integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um aluno ou um grupo de alunos que foram anteriormente excluídos; a meta primordial da inclusão é de não deixar ninguém no exterior do ensino regular desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir um sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em virtude dessas necessidades. (MONTAN, 1997, p. 145).

Compreender que esse aluno com deficiência inserido no ambiente escolar tem suas limitações é parte fundamental para que se aconteça uma verdadeira inclusão, pois a educação que vivemos hoje está mal amparada de informações importantes e muitos educadores, diretores, pais exigem de alguma forma que esse aluno seja “igual” aos outros no sentido de que aprendam no mesmo ritmo, desrespeitando assim seus direitos e limites.

Ter a consciência de que antes de serem deficientes essas pessoas tem seus sentimentos, angustias frustrações, todos tem a possibilidade e o direito de conviver, agir independente de sua deficiência e devem ser vistas como pessoas desafiadoras da vida, e por mais que o professor seja inclusivo ele nunca deverá trabalhar sozinho, pois precisa de apoio para que atenda as necessidades desses alunos, proporcionando assim um trabalho diferenciado e de excelência, o inserindo na sociedade de forma efetiva.

A educação inclusiva, a partir do reconhecimento e valorização da diversidade como fator de enriquecimento do processo educacional, tem provocado mudanças na escola e na formação docente, propondo uma reestruturação da escola que beneficie a todos os alunos. A organização de uma escola prevê o acesso à escolarização e o atendimento às necessidades educacionais especiais (MEC, 2006, p. --).

Esse apoio pedagógico dentro do contexto escolar faz com que professor e aluno sejam auxiliados no processo de ensino aprendizagem e a inclusão desse aluno no meio social proporcionando a ele melhores condições de vida fazendo o sentir como verdadeiro cidadão perante a sociedade, sendo assim não se sentirá diferente nem excluído.

Ter em mente que pessoas com deficiências vão além de suas limitações e devem ser vistas como pessoas de modo diferente de viver que nos ensinam todos os dias, o que o torna um ser único.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão em nosso país vem sendo discutida ao longo dos anos até se formalizar na escola. Hoje vivenciamos com algumas dificuldades o processo de inclusão, mas estamos no processo, pois como afirma nossa Constituição Federal a Educação é um direito de todos. É no convívio social e principalmente escolar que a criança tem oportunidade de ampliar a construção de seus conhecimentos e desafios, bem como, desenvolver suas potencialidades para que sejam percebidas pelo outro e por si mesmas como sujeitos de direitos.

A criança com deficiência intelectual possui dificuldade de se adequar ao seu contexto, mas necessitam de ambientes que as auxiliem na estruturação e formulação do pensamento, onde possam desfrutar da infância intensamente com as suas descobertas e desafios. O aluno com deficiência intelectual é marcado por algumas particularidades, suas funções intelectuais podem ser comprometidas, podendo apresentar dificuldades em seu desenvolvimento e no seu comportamento, sobretudo na adaptação ao contexto a que pertence, nas esferas da interação familiar, da comunicação, do cuidado consigo mesma, dos talentos sociais, na segurança, no desempenho acadêmico e profissional, no lazer e na saúde.

Para este direito não ser violado é necessário que os profissionais da educação busquem capacitações, otimizem espaços nas escolas para que estes sejam favoráveis e potencializem as aptidões de cada aluno. A escola e o professor devem romper urgentemente com paradigmas ultrapassados e repensar a suas funções sociais, a escola não é um local apenas de transmissão do conhecimento científico, a escola é um espaço que concentra o maior número de diferenças.

Os profissionais devem ser habilitados e estarem em constantes capacitações. A postura do educador deve ser de mediador e motivador. Ele deve acreditar na capacidade de aprendizagem de seus alunos.

Parcerias entre a família e a escola devem ser estabelecidas para que a criança tenha sucesso escolar, a participação da família é de suma importância para que o currículo seja construído de forma flexível e com adaptações. Ser diferente é normal, a dificuldade da criança não deve ser colocada em ênfase, mas sim suas habilidades, partindo do que a criança é capaz de fazer.

A inclusão reforça o respeito a diversidade e a integralidade do ser, e os educadores tem um papel muito importante na vida de seus alunos inclusos. As particularidades, aptidões

das crianças devem ser utilizadas para processo de aprendizagem. Sabemos que o aluno que se destaca no português muitas vezes tem dificuldades em cálculos. A criança com deficiência intelectual pode ser destaque nas artes: música, pintura ou dança. Cabe aos professores ter este olhar para perceber o que mais o aluno se destaca, e trabalhar utilizando uma metodologia diferenciada.

A Inclusão tem uma função de quebrar paradigmas, a escola deve respeitar e considerá-lo em sua integralidade. Assim a sociedade terá consciência que o ser especial esta presente, merece respeito e que eles são como estrela na terra, vem para colorir nossos dias, e nos mostrar que não devemos e nem conseguimos ser bons em tudo, mas devemos sempre ser eficiente no que somos bons.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Laura Maria dos Santos. **Caixa de trabalho: uma ação pedagógica proposta pela epistemologia convergente**. In pedagogia e a aprendizagem. Curitiba: Coletânea de reflexões 2002.

BAPTISTA Roberto Claudino. **Inclusão e escolarização múltiplas perspectivas**. Editora Mediação 1ª reimpressão Porto Alegre 2009;

BENCZIK, Edyleine Bellini Peroni.. **Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade: Atualização diagnóstica e Terapêutica**. São Paulo. Casa do Psicólogo, 2000.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 2000.

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001**. Disponível em <<https://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/2001/d3956.htm> > Acesso em: 09/08/2015.

BRASIL. **Ministério de Educação. Saberes e práticas da Inclusão. Secretaria de Educação Especial**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunosdeficienciafisica.pdf>. Acesso em 12/09/2015.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394/96. BRASIL. Constituição Federal de 1988**. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05/08/2015

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras para a Aprendizagem. Educação Inclusiva**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

FÁVERO, Eugênio Augusto Gonzaga. **Direito das pessoas com deficiência: Garantia de igualdade na diversidade**. Editora WVA, Rio de Janeiro, 2004.

FLETCHER, Agnes. **Ideias práticas em apoio ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência**: 3 de dezembro. Trad.: Romeu K. Sassaki. São Paulo: PRODEF/APADE, 1996.

JANNUZZI, Gilberto de Martino. 2006. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. 2ª Edição**. São Paulo: Autores Associados.

LEAL, D. NOGUEIRA O. Makeliny. **Dificuldade de aprendizagem um olhar psicopedagógico**. Curitiba: Ibpx, 2011.

LIMA, Pereira Elisângela. **A relação do lúdico. Na aprendizagem de crianças hiperativas nas séries iniciais**. Trabalho de Conclusão de Curso. Brasília: Centro Universitário de Brasília, 2006.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A Integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon. Editora SENAC, 1997.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. Batista, Cristina Abranches Mota. **Atendimento Educacional Especializado em Deficiência Mental**. GOMES, Adriana L. Limaverde. Atendimento Educacional Especializado. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares – estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 2006.

OLIVEIRA C.A. Mari. **Psicopedagogia: a instituição educacional em foco**. Curitiba: Ibpx, 2009.

PESSOTI, Isaias. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: Educ, 1990.

SANTA CATARINA (Estado). **Secretaria de Estado da Educação. Fundação Catarinense de Educação Especial. Política de Educação Especial do Estado de Santa Catarina**: Coordenador Sergio Otavio Bassetti – São José: FCEE, 2006.

RAMOS, Paulo. **Educação inclusiva: histórias que desencantam na educação**. Blumenau: Odorizzi, 2012.

RELVAS, P. M. **Neurociência e transtornos de aprendizagem: múltiplas eficiências para uma educação inclusiva**. Rio de Janeiro 2011.

SANCHEZ, Pedro. A. **A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. Revista Inclusão**. Brasília, v.1, n.1, out./2005, p. 718.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Como chamar as pessoas que tem deficiência? VIDA INDEPENDENTE: História, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. São Paulo: RNR, 2003.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: Construindo uma Sociedade para Todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.